



072  
19  
JP

## PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. **SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**  
TIPO: **RECURSO DE AGRAVO**  
PROCESSO Nº: **0165536-5/01**  
RECORRENTE(S): **DISTRIBUIDORA CICLO INFORMÁTICA LTDA.**  
RECORRIDO(S): **MICROSOFT CORPORATION LTDA.**  
RELATOR: **Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

**EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL - DANO MORAL E MATERIAL - REGIME DO ART. 557 DO CPC - RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO - DECISÃO UNÂNIME.**

P 5446  
- Diante da análise (1) da gravidade do ato ilícito, (2) do porte econômico da Agravante e da Agravada, tendo, ademais, como guia (3) a dupla função inerente à indenização civil por danos morais, a qual enfatiza a necessária correlação entre o caráter punitivo da obrigação de indenizar e a sua respectiva natureza compensatória, pertinente e adequada se mostra a redução da condenação de danos morais estipulados pelo togado monocrático de R\$ 3.690.073,00 (três milhões, seiscentos e noventa mil e setenta e três reais) para R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

- A exclusão do dano material fixado a critério exclusivo do magistrado de primeiro grau no importe de R\$ 369.073,00 (trezentos e sessenta e nove mil e setenta e três reais) era de rigor, pois não existe nos autos qualquer suporte fático-probatório onde se demonstre, consoante preceitua o art. 1.060 do Código Civil de 1916 (CC/2002, art. 403), que há uma relação de causalidade direta e imediata entre o ato ilícito efetivamente praticado pela Agravada e a diminuição do faturamento da Agravante em eventos específicos, vale dizer: pela análise dos fatos e das provas apresentados no feito, carece de qualquer nexo lógico-dedutivo que os ganhos e rendimentos, que a Agravante supostamente deixou de auferir tão-somente nas individualizadas feiras de informática, foram direta e imediatamente ocasionados em virtude da divulgação ilícita, por parte da Agravada, da prática do comércio de software ilegal.

- Em razão do contexto fático e dos precedentes do Colendo Superior Tribunal de Justiça - STJ, que lastrearam a decisão terminativa, adequada se mostra a aplicação do regime processual trazido pelo art. 557 do Código de Processo Civil - CPC.

- Recurso de Agravo a que se nega provimento, à unanimidade de votos.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos o presente **RECURSO DE AGRAVO** de nº 0165536-5/01, aforado pela **DISTRIBUIDORA CICLO INFORMÁTICA LTDA.** contra **MICROSOFT CORPORATION LTDA.**, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL** do



073  
20  
SP

**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
Gabinete Des. **SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco - TJPE, por decisão unânime, em **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso de agravo, na conformidade do relatório, da ementa e dos votos que passam a integrar este julgado.

Recife,

11/12/2009

Desembargador **SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**  
Relator



074  
27  
S

**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
Gabinete Des. **SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**  
TIPO: **RECURSO DE AGRAVO**  
PROCESSO Nº: **0165536-5/01**  
RECORRENTE(S): **DISTRIBUIDORA CICLO INFORMÁTICA LTDA.**  
RECORRIDO(S): **MICROSOFT CORPORATION LTDA.**  
RELATOR: **Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

**RELATÓRIO:**

Pretende a **DISTRIBUIDORA CICLO INFORMÁTICA LTDA.**, por intermédio do presente recurso de agravo de nº 0165536-5/01 (fls. 02/10), a reforma da decisão terminativa que julgou a apelação cível de nº 165536-5 (fls. 132/140).

Sustenta, num breve resumo, a **(1)** inaplicabilidade do regime do art. 557 do Código de Processo Civil – CPC, **(2)** ausência de razões para diminuir o dano moral de R\$ 3.690.073,00 (três milhões, seiscentos e noventa mil e setenta e três reais) para R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e, por último, **(3)** que haveria nexo de causalidade entre o ato ilícito e a perda da clientela da Agravante nos específicos eventos de informática, sendo pertinente o arbitramento do dano material pelo próprio magistrado no importe de R\$ 369.073,00 (trezentos e sessenta e nove mil e setenta e três reais), a partir da simples análise da diferença do faturamento da empresa antes e depois do ato ilícito.

É o relatório.

  
Des. **SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**  
Relator



075  
22  
§

**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Gabinete Des. **SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**  
TIPO: **RECURSO DE AGRAVO**  
PROCESSO Nº: **0165536-5/01**  
RECORRENTE(S): **DISTRIBUIDORA CICLO INFORMÁTICA LTDA.**  
RECORRIDO(S): **MICROSOFT CORPORATION LTDA.**  
RELATOR: **Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

**VOTO:**

A decisão recorrida está lastreada nos seguintes fundamentos:

*"O recurso de que se cuida trata de várias matérias já decididas pelo Guardião da Legislação Federal (STJ). Primeiramente, cabe destacar, ao contrário do que sustenta a Apelada (fls. 230/231), a tempestividade do presente recurso de apelação cível, já que o entendimento do Superior Tribunal de Justiça - STJ no tocante ao início do prazo do recurso de apelação do réu revel estar vinculado à publicação em cartório da sentença impugnada é, indubitavelmente, restrito as hipóteses em que o revel não tenha se manifestado no feito:*

**"AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO. PUBLICAÇÃO DE MATÉRIA. REVELIA. SENTENÇA. INDENIZAÇÃO FIXADA EM R\$ 580.552,50. FLUÊNCIA DO PRAZO INDEPENDENTEMENTE DE INTIMAÇÃO. CPC, ART. 322. PRECEDENTE DA CORTE ESPECIAL. TRATAMENTO DESIGUAL ÀS PARTES. CPC, ART. 125, I. INOCORRÊNCIA. INCERTEZA QUANTO A DATA DE PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA EM CARTÓRIO. PRESUNÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SEGURANÇA PROCESSUAL. TERMO INICIAL FIXADO NO PRIMEIRO ATO APÓS A PROLAÇÃO DA SENTENÇA.**

*I - Ao réu revel que ainda não se manifestou nos autos, o prazo para recorrer se inicia com a publicação em cartório da sentença. Precedente da Corte Especial (EResp 318.242/SP, Rel. Min. FRANCIULLI NETTO, DJ 27.06.2005)." (Superior Tribunal de Justiça - STJ, Recurso Especial - REsp nº 799.965/RN, Terceira Turma, Rel. Min. Sidney Beneti, DJ 07/10/2008).*

*Tendo havido inequívoca manifestação da Apelada antes da prolação da sentença (fls. 111/130), indicando os advogados para receberem as intimações posteriores (CPC, art. 236), o prazo recursal no caso "sub examine" tem como data inicial à respectiva publicação da decisão no Diário da Justiça - DJ em 06/06/2007 - e não com a publicação da sentença em cartório, pelo que tanto os embargos de declaração opostos (11/06/2006 -*



23  
18

**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Gabinete Des. **SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

fls. 189/198), quanto à apelação cível (03/08/2007 - fls. 202/222), sequencialmente manejada em face da decisão aclaratória (DJ de 19/07/2007 - fls. 201), apresentaram-se tempestivos.

O cerne da questão meritória envolve a licitude ou não do ato da Apelante em divulgar em seu sítio na internet ("www.microsoft.com/brasil/oem/" - fls. 14/15) a prática de pirataria por parte da Apelada, cujo conteúdo é auto-explicativo: "Conheça os integradores que foram denunciados e autuados neste mês de Outubro.

Nesta semana duas ações criminais foram realizadas em Recife, PE antes da feira de informática (INFONORSDESTE), com o intuito de inibir a prática de pirataria durante o evento. Dois integradores foram vistoriados, tendo sido em ambos apreendidos PCs novos sendo comercializados com software ilegal já instalado, isto é, desacompanhado da mídia original, certificado de autenticidade, termo de garantia e licença de uso.

Segue-se detalhe de cada vistoria:

**Ciclo Distribuidora de Informática**

(Rua Agenor Lopes, 277, lj. 1, Boa Viagem)

A loja estava vendendo PC novo com Windows e Office já instalados como brinde. Todos os equipamentos expostos a venda foram apreendidos e o gerente da empresa foi levado para a Delegacia, onde se encontra até o momento." (fls. 15).

Tal divulgação promovida pela Apelante também foi matéria de destaque no periódico eletrônico do Jornal do Comércio ("JC on line" - fls. 20/21), devendo-se registrar que toda a conduta policial investigatória divulgada nos citados "sites" foi decorrente de uma notícia crime, apresentada pela ora Apelante à Delegacia de Repressão ao Estelionato, cujo inquérito policial, posteriormente, fora arquivado pelo Magistrado (fls. 18) a pedido do Ministério Público (fls. 16/17), não só por ausência de provas apresentadas pela Apelante, como também em razão de inexistir qualquer indício de ato ilícito imputado à Recorrida, quando da análise da perícia realizada pela Polícia Científica (fls. 10/13).

A investigação criminal é um procedimento administrativo pré-processual, de cognição sumária, cujo objetivo imediato é averiguar o delito e sua autoria, fornecendo elementos para que o titular da ação penal (Ministério Público) ofereça a competente denúncia ou não (CABETTE, Eduardo Luiz Santos. O papel do inquérito policial no sistema acusatório - O modelo brasileiro. Revista Brasileira de Ciências Criminais, 2003. p. 197).



072

24  
JP

**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
Gabinete Des. **SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

Como bem define Tourinho Filho, o inquérito policial, que é uma das espécies de procedimento investigativo, "visa à apuração da existência de infração penal e à respectiva autoria, a fim de que o titular da ação penal disponha de elementos que o autorizem a promovê-la" (Processo Penal, v. I, 22ª ed. São Paulo: Saraiva, 2000).

Nesse contexto, é ponto assente na doutrina e também na jurisprudência do Egrégio STJ que a apresentação de notícia crime perante a autoridade competente, no caso "sub examine" o Delegado de Falsificações e Defraudações, com a respectiva indicação dos acusados em práticas criminosas tipificadas no código penal, em tese constituiria exercício regular de direito (CC/1916, art. 160, I; CC/2002, art. 188, I) e, portanto, não sujeitaria o denunciante, ora Apelante, à responsabilização por danos morais ou materiais sofridos pela denunciada, ora Apelada, em decorrência da aludida notícia crime:

"Direito civil e Processo civil. Recurso especial. Ação de conhecimento sob o rito ordinário. Acórdão. Omissão. Inexistência. Imputação de crime (esbulho possessório). Conduta temerária reconhecida. Danos morais. Cabimento. Valor da condenação. Fixação em salários-mínimos. Impossibilidade. Valor exorbitante. Não demonstração.

- É inadmissível o recurso especial interposto com fulcro no art. 535 inc. II do CPC se não aponta o recorrente, expressamente, quais seriam os pontos omissos do acórdão recorrido.

- A apresentação de notícia-crime perante a autoridade competente, com a respectiva indicação do acusado, constitui, em regra, exercício regular de direito e, portanto, não sujeita o denunciante à responsabilização por danos sofridos pelo acusado.

- Poderá o denunciante ser responsabilizado, entretanto, se o seu comportamento doloso ou culposos contribuiu de forma decisiva para a imputação de crime não praticado pelo acusado.

- É vedada a fixação da indenização por danos morais em número de salários-mínimos.

- O valor fixado a título de indenização por dano moral pode ser revisto por este C. STJ apenas se apresentar evidente desproporção com o prejuízo sofrido.

Recurso especial a que se dá parcial provimento." (Superior Tribunal de Justiça - STJ, Recurso Especial - REsp nº 470.365/RS, Terceira Turma, Rel. Min. Nancy Andrighi, RNDJ vol. 51, p. 129).



048 / 25

**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
Gabinete Des. **SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

Ou seja, em princípio o manejo da citada notícia crime, por si só, não acarretaria qualquer hipótese configuradora de reparação civil, conforme já explanado, mesmo tendo as autoridades competentes concluído pela ausência de comprovação da prática do delito imputado a Apelada e o judiciário, ademais, determinado o arquivamento do inquérito policial.

Todavia, a divulgação temerária por parte da Apelante do conteúdo das acusações ilegítimas contidas na peça penal que justificaram a investigação policial, bem assim das expressivas imputações criminosas da prática de comércio de software ilegal, por parte da Apelada, nos "PC's" a serem expostos na feira de informática em seu específico sítio na internet ("www.microsoft.com/brasil/oem/" - fls. 14/15), antes mesmo da efetivação do procedimento próprio e constitucionalmente autorizado, diante das proporções que o caso tomaria no meio empresarial de informática, na linha do destaque dado pelo periódico eletrônico do Jornal do Comércio ("JC on line" - fls. 20/21), assim, como por óbvio, do tratamento sensacionalista que a imprensa deu às informações que lhe eram fornecidas, demonstram, inequivocamente, no meu entender, uma conduta ilícita da Apelante, capaz sim de imprimir uma condenação a título de danos morais, por afastar qualquer alegação do denominado regular exercício de direito (CC/1916, art. 160).

Com efeito, não tenho dúvidas de que a atitude do Apelante em apontar a Apelada, antes da conclusão do procedimento legítimo para tanto, como uma empresa que praticava contrafação de software de computador, cuja imputação fora destacada no próprio site do Apelante (fls. 14/15) e em seguida, devido a tal alardeamento, difundiu-se na imprensa digital (fls. 20/21), configurou, sem sombra de dúvidas, em um típico caso de ato ilícito, capaz de imprimir a sua responsabilidade civil (CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de responsabilidade civil. 5. edição, São Paulo: Malheiros, 2004), especialmente porque na perícia técnica realizada pelas autoridades policiais (fls. 10/13) nada se provou ou confirmou, levando ao arquivamento do inquérito pelo órgão jurisdicional a pedido do "Parquet" (fls. 16/18).

Outro não é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça - STJ, que em caso similar aos autos reconheceu o ato ilícito da conduta da Empresa titular do programa supostamente contrafeito e a condenou em danos morais pela divulgação precipitada e inverídica, senão vejamos:



26  
8

**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
Gabinete Des. **SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

*"Direito civil. Dano moral. Divulgação de notícia de contrafação de software de computador, com base em laudo pericial judicial produzido em ação ainda não julgada. Processo posteriormente julgado em favor da parte acusada de contrafação. Ilicitude da divulgação da falsa notícia. Montante da indenização. Redução.*

- Apurada a ocorrência de contrafação de software em perícia judicial, o titular do programa supostamente contrafeito não deve, antes de definitivamente julgado o processo, divulgar o fato como se ele já estivesse definido na esfera judicial.*
- Hipótese em que, ademais, a alegada contrafação foi afastada pelo juízo no julgamento do processo.*
- Comprovada a ampla repercussão da notícia, é devida compensação aos ofendidos pelo dano moral experimentado. O montante, todavia, deve ser reduzido a patamar compatível com a gravidade da ofensa, respeitado o potencial econômico do agressor.*
- Não há, até o momento, precedentes em que o STJ tenha enfrentado de maneira direta a questão da reparação do dano moral decorrente da divulgação de contrafação de programas de computador. Assim, neste primeiro precedente, fixa-se a referida reparação no montante de R\$ 40.000,00 em favor de cada um dos recorridos.*

*Recurso especial provido." (Superior Tribunal de Justiça - STJ, Recurso Especial - REsp nº 660.044/RS, Terceira Turma, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJ 10/04/2006, p. 176).*

*Acompanhando o entendimento do Guardião da Legislação Federal (STJ), reconheço o ato ilícito gerador do dano moral praticado pela Apelante, porém, seguindo os balizamentos da reparação civil fixados pela Colenda Corte, mediante (1) a observância da gravidade do ato ilícito, (2) do porte econômico da Apelante e da Apelada, tendo, ademais, como guia (3) a dupla função inerente à indenização civil por danos morais, a qual enfatiza a necessária correlação entre o caráter punitivo da obrigação de indenizar e a sua respectiva natureza compensatória, reduzo a condenação de danos morais estipulados pelo togado monocrático para R\$ 10.000,00 (dez mil reais), corrigidos monetariamente a partir da data desta decisão, bem assim com a incidência de juros moratórios (dentre outros: REsp nº 680.207/PA, Quarta Turma, Rel. Min. Carlos Fernando Mathias, DJ03.11.2008) de 0,5% (meio por cento) até o advento do Código Civil de 2002, pelo que incidirá os juros moratórios no percentual estabelecido pelo art. 406 (atualmente TAXA SELIC),*





020

27  
#

**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
Gabinete Des. **SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

contados da data do evento danoso (STJ, Súmula 54) até o efetivo cumprimento da obrigação.

Contudo, ainda que comprovado o ato ilícito gerador de uma reparação civil de natureza moral, apresenta-se o feito carente de elementos fáticos no que pertine à relação de congruência do citado ato ilícito com os danos materiais pleiteados e deferidos pelo magistrado de primeiro grau, seja em relação aos danos emergentes, seja em relação aos denominados lucros cessantes, por faltar circunstâncias fáticas do elo referencial ou de pertinência entre o ato ilícito praticado pela Apelante e a diminuição do faturamento da Apelada, exclusivamente, nas denominadas "feiras de informática".

Noutros dizeres, não existe qualquer suporte fático nos autos em que se demonstre, consoante preceitua o art. 1.060 do Código Civil de 1916 (CC/2002, art. 403), que há uma relação de causalidade direta e imediata entre o ato ilícito efetivamente praticado pela Apelante e a diminuição do faturamento da Apelada em eventos específicos, vale dizer: pela análise dos fatos apresentada no feito, carece de qualquer nexo lógico-dedutivo que os ganhos e rendimentos, que a Apelada supostamente deixou de auferir nas individualizadas feiras de informática, foram direta e imediatamente ocasionados em virtude da divulgação ilícita, por parte da Apelante, da prática de comércio de software ilegal pela Apelada, na linha do que exige o Superior Tribunal de Justiça - STJ:

**"CIVIL. RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. DANOS MATERIAIS E MORAIS. EMPRESA DE ESTACIONAMENTO QUE PERMITE A RETIRADA DE VEÍCULO PELO FILHO DA PROPRIETÁRIA DO MESMO, SEM A APRESENTAÇÃO DO COMPROVANTE DE ESTACIONAMENTO. ACIDENTE DE TRÂNSITO OCORRIDO HORAS MAIS TARDE EM CIDADE DIVERSA. NEXO DE CAUSALIDADE. INEXISTÊNCIA.**

1. À luz do comando normativo inserto no art. 1.060 do Código Civil de 1916, reproduzido no art. 403 do vigente códex, sobre nexo causal em matéria de responsabilidade civil - contratual ou extracontratual, objetiva ou subjetiva - vigora, no direito brasileiro, o princípio da causalidade adequada, também denominado princípio do dano direto e imediato.

2. Segundo referido princípio ninguém pode ser responsabilizado por aquilo a que não tiver dado causa (art. 159 do CC/1916 e art 927 do CC/2002) e somente se considera causa o evento que



28  
JP

081

**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
Gabinete Des. **SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

produziu direta e concretamente o resultado danoso (art. 1060 do CC/1916 e 403 do CC2002).

3. A imputação de responsabilidade civil, portanto, supõe a presença de dois elementos de fato, quais: a conduta do agente e o resultado danoso; e de um elemento lógico-normativo, o nexo causal (que é lógico, porque consiste num elo referencial, numa relação de pertencibilidade, entre os elementos de fato; e é normativo, porque tem contornos e limites impostos pelo sistema de direito, segundo o qual a responsabilidade civil só se estabelece em relação aos efeitos diretos e imediatos causados pela conduta do agente.

4. In casu, revela-se inequívoca a ausência de nexo causal entre o ato praticado pela ora recorrida (entrega do veículo ao filho da autora e seus acompanhantes sem a apresentação do respectivo comprovante de estacionamento) e o dano ocorrido (decorrente do acidente envolvendo o referido veículo horas mais tarde), razão pela qual, não há de se falar em responsabilidade daquela pelos danos materiais e morais advindos do evento danoso.

5. Recurso especial a que se nega provimento." (grifa-se - Superior Tribunal de Justiça - STJ, Recurso Especial - REsp nº 325.622/RJ, Quarta Turma, Rel. Min. Carlos Fernando Mathias, DJ 10.11.2008);

**"ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. DANOS MATERIAIS E MORAIS. MORTE DECORRENTE DE "BALA PERDIDA" DISPARADA POR MENOR EVADIDO HÁ UMA SEMANA DE ESTABELECIMENTO DESTINADO AO CUMPRIMENTO DE MEDIDA SÓCIO-EDUCATIVA DE SEMI-LIBERDADE. AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE.**

1. A imputação de responsabilidade civil, objetiva ou subjetiva, supõe a presença de dois elementos de fato (a conduta do agente e o resultado danoso) e um elemento lógico-normativo, o nexo causal (que é lógico, porque consiste num elo referencial, numa relação de pertencibilidade, entre os elementos de fato; e é normativo, porque tem contornos e limites impostos pelo sistema de direito).

2. "Ora, em nosso sistema, como resulta do disposto no artigo 1.060 do Código Civil [art. 403 do CC2002], a teoria adotada quanto ao nexo causal é a teoria do dano direto e imediato, também denominada teoria da interrupção do nexo causal. Não obstante aquele dispositivo da codificação civil diga respeito à impropriamente denominada responsabilidade contratual, aplica-se também à responsabilidade extracontratual, inclusive a



02/ 29/ JF

## PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. **SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

objetiva (...). Essa teoria, como bem demonstra Agostinho Alvim (Da Inexecução das Obrigações, 5ª ed., nº 226, p. 370, Editora Saraiva, São Paulo, 1980), só admite o nexo de causalidade quando o dano é efeito necessário de uma causa" (STF, RE 130.764, 1ª Turma, DJ de 07.08.92, Min. Moreira Alves).

3. No caso, não há como afirmar que a deficiência do serviço do Estado (que propiciou a evasão de menor submetido a regime de semi-liberdade) tenha sido a causa direta e imediata do tiroteio entre o foragido e um seu desafeto, ocorrido oito dias depois, durante o qual foi disparada a "bala perdida" que atingiu a vítima, nem que esse tiroteio tenha sido efeito necessário da referida deficiência. Ausente o nexo causal, fica afastada a responsabilidade do Estado. Precedentes de ambas as Turmas do STF em casos análogos.

4. Recurso improvido." (grifa-se - Superior Tribunal de Justiça - STJ, Recurso Especial - REsp nº 858.511/DF, Primeira Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 15.09.2008).

Insista-se, o processo indenizatório, ora em análise, carece de elo fático capaz de autorizar a conclusão de que a diminuição do faturamento da Apelada, nas específicas "feiras de informática" descritas na petição inicial, foram provocadas pelo ato ilícito perpetrado pelo Apelante, sendo inócuo a invocação do instituto da revelia, reconhecida no feito, para imprimir uma indenização por danos materiais ao caso "sub examine", sem que haja elementos fáticos suficientes nos autos para que o magistrado reconheça uma ligação, direta e imediata, do ato ilícito aos danos materiais alegados, conforme entende o Colendo STJ:

"Indenização. Dano moral e dano patrimonial. Revelia. Dissídio.

1. Já decidiu a Corte, em diversas oportunidades, que os efeitos da revelia devem ser considerados com temperamento, não dispensando "a presença, nos autos, de elementos suficientes para o convencimento do juiz" (REsp nº 261.310/RJ, Relator o Senhor Ministro Ruy Rosado de Aguiar, DJ de 27/11/00).

2. Recurso especial conhecido e provido." (Superior Tribunal de Justiça - STJ, Recurso Especial - REsp nº 302.280/RJ, Quarta Turma, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, DJ 18.02.2002).

Ora, uma vez demonstrado que as matérias devolvidas a este Tribunal de Justiça Estadual já foram dirimidas no âmbito do Guardião da Legislação Federal (STJ), torna-se adequado que o Relator do recurso aplique a previsão contida no "caput" do art. 557, cumulado com o § 1º-A, do mesmo dispositivo do Código de Processo Civil - CPC.



083  
30  
#

**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Gabinete Des. **SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

*Assim, com base no § 1º-A art. 557 do Código de Processo Civil - CPC, DOU PARCIAL PROVIMENTO ao recurso de apelação cível aforado por MICROSOFT CORPORATION LTDA., no sentido de (1) reduzir a condenação de danos morais fixadas pelo juízo de primeiro grau para R\$ 10.000,00 (dez mil reais), corrigidos monetariamente a partir da data desta decisão, com a incidência de juros moratórios de 0,5% (meio por cento) até o início de vigência do Código Civil de 2002, pelo que incidirá os juros moratórios no percentual estabelecido pelo seu art. 406 (atualmente Taxa Selic), contados da data do evento danoso até o efetivo cumprimento da obrigação, bem assim (2) excluir a condenação por danos materiais estipulados pelo togado monocrático, (3) repartindo-se as despesas processuais e compensando-se os honorários advocatícios (CPC, art. 21), diante da sucumbência recíproca ocorrida." (fls. 132/140).*

No arrazoadado recursal, os Agravantes utilizam-se de argumentos já refutados pela decisão terminativa.

Todavia, pautado nas mesmas razões individualizadas na decisão monocrática, entendo **não** assistir razão ao Agravante.

Com efeito, diante da análise (1) da gravidade do ato ilícito, (2) do porte econômico da Agravante e da Agravada, tendo, ademais, como guia (3) a dupla função inerente à indenização civil por danos morais, a qual enfatiza a necessária correlação entre o caráter punitivo da obrigação de indenizar e a sua respectiva natureza compensatória, pertinente e adequado se mostra a redução da condenação de danos morais estipulados pelo togado monocrático de R\$ 3.690.073,00 (três milhões, seiscentos e noventa mil e setenta e três reais) para R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Por outro lado, a exclusão do dano material fixado a critério exclusivo do magistrado de primeiro grau era de rigor, pois não existe nos autos qualquer suporte fático-probatório onde se demonstre, consoante preceitua o art. 1.060 do Código Civil de 1916 (CC/2002, art. 403), que há uma relação de causalidade direta e imediata entre o ato ilícito efetivamente praticado pela Agravada e a diminuição do faturamento da Agravante em eventos específicos, vale dizer: pela análise dos fatos e provas apresentados no feito, carece de qualquer nexo lógico-dedutivo que os ganhos e rendimentos, que a Agravante supostamente deixou de auferir nas individualizadas feiras de



084  
31  
8

**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
Gabinete Des. **SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

informática, foram direta e imediatamente ocasionados em virtude da divulgação ilícita, por parte da Agravada, da prática do comércio de software ilegal.

Diante desse contexto fático e dos precedentes do Colendo Superior Tribunal de Justiça – STJ, que lastrearam a decisão terminativa, adequada se mostrou a aplicação do regime trazido pelo art. 557 do Código de Processo Civil - CPC.

Assim, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso, mantendo na íntegra a decisão terminativa atacada.

***É como voto.***

Recife,

11/12/2009  
  
Des. **SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**  
Relator